ANAIS
Simpósio Internacional de Língua, Literatura e Interculturalidade (SIELLI) e Encontro de Letras
www.sielli.ueg.br
POSLLI
Universidade Estadual de Goiás
09 A 13 DE NOVEMBRO DE 2020

DISCURSIVIDADES, BIOPOLÍTICA E HISTORIOGRAFIA SOCIAL EM EXCERTO DO SEC. XIX

DISCURSIVITIES, BIOPOLITICS AND SOCIAL HISTORIOGRAPHY IN EXCERPT OF THE SEC. XIX

Tascira Santonastaso[1]

Resumo:
O presente artigo pretende propor uma análise qualitativa pautada em excertos coletados no esboço critico O Brasil mental (1898), de Sampaio Bruno. O problema geral a ser considerado é o da autonomia do português do Brasil, por isso este artigo justifica-se pela necessidade de estudos linguísticos voltados à diacronia, que contribuam com aqueles que buscam desvelar a história do português brasileiro, e, especificamente, os acontecimentos discursivos do século XIX subjacentes aos jogos de verdade que permitiram, e ainda permitem, a manutenção da governamentalidade e da biopolítica no cenário lusófono. Será, então, feita uma análise bastante sumária, cujo objetivo é começar a reorganizar alguns dos dados coletados na prensa portuguesa, a fim de lograr um primeiro esboço da estrutura da teia explicativa para o problema investigado.

Palavras-chave: Historiografia social. Língua brasileira. Brasil Mental.

Abstract:
This article seeks to propose a qualitative analysis based on excerpts collected in the critical sketch O Brasil mental (1898), by Sampaio Bruno. The general problem to be considered is the autonomy of Brazilian Portuguese, so this article is justified by the need for linguistic studies focused on diachrony, which contribute to those who look for unveiling the history of Brazilian Portuguese, and, specifically, the 19th century discursives events underlying the truth games that allowed, and still allow, the maintenance of governmentality and biopolitics in the Lusophone scenario. Then, a very summary analysis will be made, whose objective is to start reorganizing some of the data collected in the Portuguese press, in order to achieve a first outline of the structure of the explanatory web for the problem investigated.

Keywords: Social historiography. Brazilian language. Mental Brazil.

Introdução

Diversas são as dimensões dos processos de produção de conhecimento contempladas pelo trabalho da historiografia social. É possível, por exemplo, direcionar a bússola analítica para as seguintes direções: os temas ou problemas ao redor dos quais uma produção foi desenvolvida; os sujeitos que atuaram em tais temas e que podem ter produzido discursividades uníssonas ou em contraponto; o plano cronológico, que nos proporciona visualizar os eventos

1 Licenciada em Letras pela Universidade Estadual de Maringá. Mestranda em Linguística na mesma instituição. E-mail: tascira.santonastaso@libero.it.

marcados pelas atuações dos sujeitos; e a metalinguagem, que abrange a relação dos sujeitos com os problemas.

Considerada tal heterogeneidade metodológica, entende-se que a história da produção do conhecimento linguístico pode ser redesenhada de múltiplas maneiras, mais ou menos norteadas por tais variáveis. Além disso, entende-se que não existe apenas uma única história possível e, portanto, não há primazia de uma variável sobre a outra para retratar um determinado laço temporal; esse retrato dependerá dos enlaces criados entre os elementos escolhidos para explicar tal história.

Sendo assim, neste texto, pretende-se dar os primeiros passos na direção de uma futura dissertação na qual será mais bem exemplificado como certos temas linguísticos ganham sentido histórico mais coerente quando interligados a aspectos de seu processo de elaboração e do contexto que lhe foi prelúdio. Será, então, feita uma análise bastante sumária, cujo objetivo é começar a reorganizar alguns dos dados coletados na prensa portuguesa, a fim de lograr um primeiro esboço da estrutura da teia explicativa para o problema investigado.

O problema geral a ser considerado é o da autonomia do português do Brasil, por isso o presente artigo justifica-se pela necessidade de estudos linguísticos voltados à diacronia, que contribuam com aqueles que buscam desvelar a história do português brasileiro, e, especificamente, os acontecimentos discursivos do século XIX subjacentes aos jogos de verdade que permitiram, e ainda permitem, a manutenção da governamentalidade e da biopolítica no cenário lusófono. A fonte considerada é o esboço critico *O Brasil mental* (1898), de Sampaio Bruno, pseudônimo do filósofo portuense José Pereira de Sampaio.

Noções contextuais

Entre 1820 e 1822, o movimento político de ideologia liberal, vigente em Portugal, futuramente chamado Vintismo português (NEVES, 1992), começou a veicular, em língua portuguesa, as ideias liberais originárias do movimento iluminista francês, permitindo que estas, mediante os jornais, os panfletos e os mesmos brasileiros que regressavam dos estudos no Porto ou em Coimbra, fossem divulgadas amplamente também no Brasil. Nos debates gerados a partir dessas discursividades, é possível identificar uma cultura política (BERSTEIN, 1997) da independência, que, de início, tinha por tema central o constitucionalismo, mas que, após iniciativas consideradas arbitrárias e despóticas, tomadas pelos liberais portugueses, inflamou as elites brasileiras a uma crítica que uniu os maiores centros do país contra as cortes, tornando tema central o separatismo.

A questão da independência do Brasil tornou-se, sem dúvida, um dos aspectos mais relevantes do primeiro liberalismo português. Pontos centrais desse processo foram os seguintes: o regresso do rei e da Corte a Lisboa, em 1821; a chegada dos deputados brasileiros eleitos para as Cortes Extraordinárias e Constituintes; a discussão de projetos voltados à introdução de modificações na Constituição a partir das peculiaridades das relações entre Brasil e Portugal, que eram, até então, Reino Unido; os decretos para a regulamentação de situações consideradas abusivas; controvérsias sobre a figura e a atuação do Príncipe Real; e alguns decretos e proclamações que, no Brasil, deflagraram a marcha para a condição de reino independente.

No antigo regime, a unidade do Estado encontrava sua expressão na pessoa do rei. A origem teológica deste último — mesmo quando aliada ao consentimento da comunidade — criava as condições de existência para o conceito de soberania externa e superior à sociedade, mas, ao mesmo tempo, indispensável à realidade política desta última. Dessa maneira, a ideia de "reino unido" pautava-se no laço gerado pela independência de um mesmo príncipe e, por isso, na submissão a um mesmo poder soberano. A soberania, por definição una, e o seu titular davam unidade ao "reino unido". Nesse cenário, bordado por um jogo de verdades estipulado no consenso da manutenção do poder único e soberano, o movimento vintista apresentou a teoria da soberania nacional, despersonalizando o poder e, ao mesmo tempo, valorizando os princípios sobre as peculiaridades nacionais, com base na reflexão e na prática políticas.

Para eles a unidade nacional, decorrente da soberania nacional, constituiria a condição moral de uma sociedade de homens naturais, livres e iguais. Daí, os iguais direitos ao exercício do poder. Conforme Lúcia Maria Bastos P. Neves (1990), por meio da atribuição da função aglutinadora à nação, antes do soberano, e aliando-lhe o princípio da vontade individual, próprio da teoria contratualista, os vintistas marcaram a distinção entre monarquia e reino, em termos de sujeito de direitos. E, ao mesmo tempo, lançaram mão da relativa igualdade de direitos de cada um perante a superioridade dos direitos do todo.

> "Se um habitante do Brasil, só porque aí nasceu, pode dizer com direito e justiça, esta terra é minha, e pelo mesmo direito e justiça pode declarar independente a terra em que nasceu, sem o consentimento unânime dos outros habitantes da mesma monarquia, na totalidade dos quais reside o direito de separar ou alienar; então, nesse caso, o mesmo direito pode ter, por exemplo, o habitante da Beira (...) E há direito público que tal autorize? Ou com tais princípios pode haver associação alguma política?" (O CAMPEÃO PORTUGUEZ EM LISBOA, 1822, pp. 71-72 *apud* CASTRO, 1993, p. 666).

A salvaguarda do direito à independência será depois feita fora do congresso, por certas correntes de opinião diversificadas que tinham em comum a ideia de que o Brasil seria um todo, uma sociedade com direitos próprios, entre os quais se contava o direito à liberdade.

> "Havendo Portugal reivindicado os seus direitos de liberdade — afirmava a Trombeta Lusitana — e proclamado, com base neles, a residência da soberania no povo, iguais direitos implicam para com o Brasil, que em caso algum se poderia considerar anexo ou parte componente da sociedade portuguesa" (TROMBETA LUZITANA, 1823, não paginado CASTRO, 1993, p. 671).

Esse direito à liberdade, que era afinal o direito à autodeterminação, teria nascido, segundo o jornal Sega-Rega (1823), conforme citado por Castro (1993, p. 672), no instante em que "o Brasil foi elevado à categoria de reino e deixou de ser colónia portuguesa". Assim, após um processo de construção discursiva e de novos saberes, aqui resumido muito sucintamente, nasceria o gérmen dos motos independentistas brasileiros, que, em 7 de setembro de 1822, tornariam o Brasil reino e reinante de si próprio, diante dos olhos curiosos de Portugal.

A criação de uma nova comunidade

A partir dessa data, muitos foram os pontos repensados e recriados para esse tão novo reinado, que, aos poucos, iria percorrendo processos de subjetivação por meio daquilo que Foucault (2001) chamaria de "práticas divisórias" necessárias para a construção de um novo sujeito, de uma nova subjetividade nacional, com uma própria identidade nacional.

Nesse caldeirão, o Brasil vinha se constituindo historicamente como sujeito sobre a base das determinações que lhe eram exteriores, como as práticas de dominação ou as estratégias de governo às quais esteve submetido até então. Diante disso, lentamente, com a lentidão que só a história pode nos ensinar, vinha florescendo uma nova necessidade, a de uma constituição estética como comunidade nacional por meio de artefatos político/culturais, tais como: a necessidade de uma constituição que definisse política e administrativamente a nação, com arraigada defesa da soberania; invenção de bandeiras, hinos, moedas, selos e representações forjadas de um cidadão típico, em que as categorias trabalho, raça, patriotismo e língua nacional passam a ser critérios fundamentais; arrolamento de características próprias para cada nação, como definição de fronteiras territoriais e culturais imaginárias e estudo e aprimoramento de questões referentes à língua matricial; e investimento na produção de saberes construtores e/ou afirmadores de características pertinentes à nacionalidade ideal e ao cidadão desejado.

Dentre todas essas novas necessidades, o foco do presente artigo é refletir acerca da língua nacional e de seu distanciamento e autonomia da língua de Portugal, entendendo esse processo como passo fundamental para constituição da comunidade linguística brasileira. Para alcançar esse propósito, faz-se necessária uma breve digressão sobre o conceito de comunidade linguística, entendida, em um primeiro momento, como conjunto de grupos, com características peculiares, que interagem entre si dentro de um maior processo imagético que visa à criação de normas regidas pela norma da classe dominante.

É nesse processo imagético, que abraça a criação da identidade una da língua e sua forte ligação com a identidade cultural e com o espirito nacional, que se inscreve a ideia de utopia linguística. Mary Louise Pratt (2013), em seu artigo intitulado "Utopias linguísticas", aborda magistralmente essa temática, reconduzindo o conceito de comunidade a Benedict Anderson, que, em seu livro *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism* (1983), observa que as comunidades humanas existem como instituições imaginadas sem muito contato físico ou interação, mas nas quais existe uma projeção imagética de comunhão e proximidade com cada um dos cidadãos. Em outras palavras, trata-se de uma ligação, de uma conexão inerente ao cumprimento de supostos pré-requisitos, anteriormente estabelecidos e concordados, que torna dois desconhecidos objetos de um vínculo de similitude ou comunhão.

Anderson mobiliza e cunha esse específico sentido para o termo "comunidade", pensando no Estado-nação, aquele que, para ele, constituía uma grande comunidade imaginada pautada em três aspectos fundadores do "estilo" no qual a nação moderna é imaginada. Em primeiro lugar, ela não pode ser ilimitada, logo precisa ter "fronteiras finitas, embora flexíveis". Em segundo lugar, a ela pertence a máxima soberania. Em terceiro e último lugar, as pessoas que a constituem vivem uma grande comunidade, uma "profunda camaradagem horizontal [...] e fraterna". Anderson, portanto, mediante essa tripartição, traça o perfil da nação-comunidade personificada na pessoa finita, soberana e fraterna do cidadão patriota. Nota-se que todo esse processo imaginativo visa instaurar um regime de "solidariedade numa base essencialmente

imaginada" (ANDERSON, 1983, p. 74, tradução nossa) para que assim se possa forjar o espirito da grande nova nação.

Papel de destaque, nesse contexto, foi desempenhado pela literatura e pela linguística. Isso porque elas funcionaram como instrumento a serviço do capitalismo editorial, o qual, por meio da circulação comercial de livros em diferentes vernáculos impressos, permitiu a criação de redes elitistas silenciosas, que, ao final, podiam manusear e dominar as nações como se faz com fantoches, amansados e treinados à obediência por meio dos discursos veiculados nos livros impressos. Por outro lado, qual melhor meio de amansamento de massa que não a própria educação? Parafraseando as palavras da Pratt (2013), é nesse padrão de Estado-nação, constituído nos ombros de uma comunidade imaginada, que se pode dirigir a atenção para um elemento curioso: a comunidade de fala. "Em outras palavras, a fraternidade limitada, soberana e horizontal de Anderson é a imagem através da qual a comunidade de fala frequentemente é concebida na linguística moderna" (PRATT, 2013, p. 440).

Diante do que foi exposto, observa-se que havia duas comunidades imaginadas coexistindo no final do sec. XIX: a comunidade lusitana (que ainda buscava interligar o Brasil a Portugal) e a comunidade brasileira (que tentava separar-se e subjetivar-se).

Portugal, como comentado anteriormente, enfrentava problemas internos e externos desde o século XIX. Aos olhos das nações europeias, que discutiam quem e o que poderiam ser considerados nação, tinha dificuldade em autodeterminar-se como tal, pois, segundo Hobsbawm (1998, p. 31), "o *Dictionaire Politique* de Garnier-Pagés de 1843 considerava ridículo que a Bélgica e Portugal fossem nações independentes, porque eram manifestadamente demasiado pequenas". Ademais, ao longo da primeira república, Portugal debatia-se a fim de afirmar-se como nação forte e imperialista, vivenciando embates entre monarquistas e republicanos, tendo seus interesses colonialistas ameaçados.

Já no Brasil, desde o século XIX, em função da necessidade de criar e reforçar uma nova comunidade nacional, alguns intelectuais sentiam-se responsáveis pela criação da nação e debatiam sobre a constituição da nacionalidade. Nesse sentido, a escrita literária assumia uma dimensão importantíssima nessa diferenciação, na busca da originalidade e da autonomia que se contrapunha aos interesses da chamada "mãe-pátria".

Portanto, parte da intelectualidade nacional debatia-se em torno da afirmação e da expansão de sua tradição intelectual no contexto da política cultural do nacionalismo e do colonialismo. Ao representar o Brasil, as revistas, as mesmas que antes divulgavam os ideais do vintistas de liberdade e de autodeterminação, agora, em busca de criar um vínculo imaginário com a ex-colônia, apelidavam o Brasil de "gloriosa nação brasileira", "grande pátria do além-atlântico", "nação irmã", "herdeiro", "aliado", "moça e mais bela das nações," "adolescente heroico", "filho do nosso orgulho", "espelho" e "flor da nossa alma", "povo novo", "país jovem". Tais representações, mesmo conferindo ao Brasil um *status* de nação, criavam imagens direcionadas a validar uma matriz de cunho biológico, pautando-se na perspectiva do evolucionismo e do darwinismo social, que, ao estabelecer a seleção das espécies, prescreve o predomínio natural das nações fortes e ditas civilizadas sobre as caracterizadas, pelo saber etnocêntrico, como primitivas.

Ao representar o Brasil como "adolescente", "povo novo", "jovem", "filho", Portugal instituiu uma relação baseada na superioridade daquele que tem mais tempo de existência, hierarquizando a relação e relativizando seus impulsos de afirmação de soberania e identidade.

Isso porque próprias da juventude são a falta maturidade e de experiência para tomar decisões acertadas, e, por isso, torna-se necessária uma relação de tutela: o irmão de maior idade, na hierarquização e até no direito de primogenitura, goza de privilégios, e o filho deve obediência aos que lhe deram origem (nesse caso, os intelectuais portugueses, nas revistas, falam em "Pátria Mãe").

Assim se cria um imaginário comunitário de Brasil idealizado ou, em outras palavras, de "Brasil Mental": uma materialização discursiva do desejo de Portugal por estar no Brasil, não diretamente na administração política, mas nas coisas do espírito, nos feitos, tendo como referencial o peso da tradição que lembrava em muito o pacto colonial. Era isso que alguns intelectuais brasileiros rejeitavam, artesãos da nacionalidade.

Essa ideia de pátria-mãe estava, visivelmente, pautada no pressuposto daquela que dá origem, que descobre, que coloca no mundo e fornece o instrumento básico para suas relações: a língua. Portanto, as relações entre Brasil e Portugal, mesmo após a cisão, continuam institucionalizadas em um discurso de poder no qual a língua comum e a escrita são, para Portugal, um instrumento de superioridade e de conquista. Já para o Brasil, a língua passa a ser objeto de luta e também de poder. Isso se dá quando os intelectuais se debruçam na busca de brasileirismos, propondo reformas gramaticais e ortográficas, contrapondo-se à herança e sufocando falares indígenas e africanos. Com isto, legitimam a distinção social pela língua falada e pela língua escrita. Existe, então, no Brasil, um desejo de marcar sua diferença não só pela literatura, mas também por aquilo que lhe foi imposto: a língua.

O Brasil e a língua brasileira pelo olhar de um filósofo português

Cerca de 20 anos após a outorgação da independência brasileira, que criou profundas e irreversíveis modificações na política e na cultura portuguesas, nascia José Pereira de Sampaio, que, em suas próprias palavras, conta:

> nasci nesta nobre cidade do Porto, pelas 5 horas da tarde do dia 30 de Novembro de 1857, uma segunda-feira triste, na rua de Santa Catarina, 429 (antiga numeração, que não era discriminadamente por pares e ímpares, *grosso modo*, a seguir e dava volta, no queixume ouvido de bons velhotes idos). Ai de mim! [...]. A tristeza esvoaça-me, nimbosa, em torno da cabeça (BRUNO, 1906, p. VIII).

Desde muito cedo, talvez precocemente, o espírito de Bruno é suscitado por ideias substanciais da vida.

> A época era de gestação de prodígios desde os prodígios materiais, como a abertura do Canal do Suez por Lesseps, até os prodígios morais, como o advento do socialismo cosmopolita e solidário, graças à constituição da Associação Internacional dos Trabalhadores, por Karl Marx. No meu cantinho de colegial moroso, pois que ainda estivesse moroso para meditar, contentava-me com sonhar, o sonho sublime da paz e da liberdade que, não raro, se tornava espesso e áspero, por se volver no pesadelo do ódio contra os déspotas.

> Um garotito de doze anos no que congeminava! É incrível hoje; porém assim éramos quase todos ontem (BRUNO, 1902, p. XIV).

A leitura ajudou a formar sua consciência iluminista e deflagrou sua luta pela liberdade de consciência. Exatamente por essa razão, em plena adolescência, entrando em contato com a história do suplício de Giordano Bruno, identificou-se com a consciência livre do italiano e decidiu homenagear sua história, adotando parte de seu nome para seu pseudônimo, que, a partir de então, seria Sampaio Bruno.

Aos quatorze anos, começou a escrever em revistas, jornais e panfletos e, em sua escrita, de uma maneira geral, encontramos preocupações de índole filosófica desde cedo. Logo o espirito rebelde e idealista o levou à política e à causa republicana, pela qual ele propagandeou, lutou, teve momentos de sectário-jacobinismo e acabou sendo exilado. Com vinte e um anos, em 1878, era membro do diretório do Partido Republicano Português. Contudo, o domínio da Monarquia, e mesmo a configuração da mentalidade portuguesa em geral, não lhe era favorável. Então, o jornalista português, que percebeu o panorama sócio-histórico em Porto, emigrou para o Brasil.

Foi a partir dessa experiência, a estadia no Brasil, que Sampaio Bruno teve a oportunidade de conhecer de perto o "Brasil Mental" dos jornais e diários. Assim, em 1898, publicou o livro *Brasil Mental*, mostrando a complexidade das relações entre Portugal, Espanha, Inglaterra e Brasil, no final do século XIX e início do século XX. Argumentou que sua preocupação era avaliar o desconhecimento que Portugal tinha do Brasil e, especificamente, dos efeitos devastadores que os ideais contratualistas e positivistas poderiam ter sobre a cultura de um povo.

Naquela época de caminhada em direção à constituição da república, efetivamente, o positivismo, que teve em Augusto Comte (1798-1857) seu principal formulador, consolidou-se no Brasil graças à imprensa, ao parlamento, às escolas, à literatura e à academia, produzindo um clima de grande entusiasmo pelo seu conteúdo de modernização das ideias. O positivismo estava sendo instaurado de modo pontual e sistemático em todo o solo brasileiro, a fim de governar os indivíduos não apenas por meio de procedimentos disciplinares, mas também se servindo de biopoderes locais (FOUCAULT, 2008), como foi o caso da escola, para gerenciar a saúde, a higiene, a ética e a moral. Para que sua filosofia permeasse todos os níveis da sociedade, permitindo a criação de um projeto republicano utópico, todos os indivíduos, indistintamente, deveriam passar pelos bancos escolares, não tanto para formarem-se como sujeitos e cidadãos, mas para adquirirem a formação moral burguesa tão necessária aos objetivos da indústria emergente.

O espírito intelectual positivista produzia uma ilusão de nova realidade almejada nos relatos do desenvolvimento europeu, criando, então, a fictícia necessidade de modelos sociais externos e distantes da realidade socioeconômica brasileira. Os dispositivos (FOUCAULT, 2001) do saber e do cuidado de si deveriam substituir o uso da força, limitando as liberdades individuais e permitindo o controle dos indivíduos sem envolver a violência, mas apenas o conhecimento, previamente selecionado, para que este último pudesse livrar os indivíduos dos equívocos, das ilusões e fantasias, cuja ilusão de verdade consistiria em valorizar a formação para alcançar uma vida justa, virtuosa, feliz, organizada, disciplinada e produtiva.

Foi olhando para esse cenário que o filósofo portuense decidiu escrever o *Brasil Mental* (1898), para alarmar seus conterrâneos dos perigos ínsitos na política positivista, a qual, por razões de índole político-partidária e filosófica, em Portugal, acompanhava o republicanismo. Contudo, para Sampaio Bruno, militante do Partido Republicano Português, exatamente essa proximidade representava uma ameaça, e ele sentia necessidade de mostrar que a sua luta pelos ideais republicanos não implicava necessariamente uma comunhão com o positivismo.

Antes de entrar nesse aspecto político, entretanto, Sampaio Bruno dedica uma parte interessante de seu livro a reflexões sobre a cultura e a língua do Brasil. De grande pertinência, são as colocações por ele retratadas, pois espelham, muito fielmente, as ideologias de língua-nação, de superioridade racial e linguística e de degeneração, vigentes naquela época. No trecho a seguir, por exemplo, ele relata o total desconhecimento que Portugal tem do Brasil, explicando que o pouco que se sabe é uma mescla de folclore e senso comum.

> Do Brasil nada se sabe em Portugal, senão que venceu o Lopez, do Paraguai, que exporta café e que possui o condão especialissimamente animoso de uma arvore das patacas, a qual, sacudida a tempo e horas, desata em frutos de dobrões e cruzados, desprendidos sem fim e sem termo, n'uma prodigalidade tropical luxuriante e absurda (BRUNO, 1898, p. 33).

No próximo excerto, mostra-se a falta de confiança e reconhecimento que Portugal repunha no Brasil.

> Com efeito, o brasileiro tornara-se para o português o tipo de um grotesco infinito. De longe se lhe atribuíam todos os vícios, todos os dislates, toda a sordidez possível e impossível, de alma e corpo. Dava-se esta coisa insensata: Portugal não tomava a sério o Brasil (BRUNO, 1898, p.40).

Outro exemplo é a perspectiva que ele relata sobre o imperador brasileiro da época, isto é, D. Pedro II, e sobre como eles o enxergavam incapaz de desempenhar o papel de governador.

> Quando o imperador veio à Europa pela primeira vez, os seus ridículos naturais foram complacentemente exagerados. Causou péssima impressão o seu pedantismo científico; e todo o mundo sorriu da sua aptidão para o hebraico. Por outro lado, a sua familiaridade amesquinhou-o; tornou-o trivial. Vendo-o de mala sempre na mão, correndo para as gares, sóbrio de gorjetas; ou galhofeiramente contemplando-o sentado mano-a-mano com as regateiras da praça da Figueira, na barrara, a calar melancias, -o prestigio da sua situação social sumiu-se. O seu plebeísmo chocou, porque se sentiu falso; conheceu-se lhe uma pose de exportação (BRUNO, 1898, p. 44).

Em outro trecho, é possível destacar um retorno dos discursos que retratam o Brasil como adolescente, inconsequente, birrento, sem valor para tomar decisões.

> É que, povo novo, com toda a frescura primaveril (o ímpeto, a confiança, o orgulho) o brasileiro não suporta a ironia. Magoa-se, como d'uma grave injuria, pela mais somenos brincadeira. E ingênuo e altivo. E, pois que a

> adolescência seja o tempo do buço, para os indivíduos como para as nações, o Brasil é, um pouco, pelludo. Dá sorte; encavaca, zanga-se. E logo lhe acodem, em replica, as palavradas, punhos cerrados, ameaças. Isto que prova? Que é jovem e que tem brio (BRUNO, 1898, p. 55).

No que concerne à sua visão sobre a relação dos brasileiros com a língua portuguesa, Sampaio Bruno (1898, p. 108) afirma que "as coisas se transformaram em tanta maneira, e os sentimentos por tal jeito mudaram que hoje, dos portugueses, os brasileiros nem a língua querem! É um cumulo; mas é assim mesmo". Nesse sentido, o autor continua relatando os estudos gramaticais produzidos no Brasil no que diz respeito à distinção linguística, reforçando a ideia da pátria-mãe que dá origem e fornece as ferramentas para o desenvolvimento.

> Entregam-se afincadamente a estudos gramaticais; manuseiam quotidianamente os clássicos quinhentistas; investigam as menores minucias dos lexicólogos; e acabam por concluir que a língua brasileira é já suficientemente diferenciada do português, para se constituir à parte e reger de casa própria, como filha que se emancipou, repudia a norma paterna e pretende viver à boa-vida, sem dar satisfações a uma tutela inoportuna e incomoda (BRUNO, 1898, p.108).

A seguir, ao falar dos fatores de diferenciação linguística, retrata a influência do pensamento evolucionista e, especificamente, do darwinismo social ligado à língua.

> De que gênero foram esses fatores, eis o que então importa apurar, para, por sua qualidade, se aferir se a evolução é progressiva ou regressiva. Pois que não basta dizer que o brasileiro é diferente do português. Importa saber se foi para melhor, se foi para pior que ele diferiu. Note-se bem que não reproduzimos as quimeras das preferências de idiomas (BRUNO, 1898, p. 108).

Continuando a argumentação sobre a distinção étnico-racial e a hierarquização linguística, ele se pergunta:

> [...] ora, se o brasileiro não quer ser português, que quer ser? Quer ser tupi, como os falares dos indígenas de suas selvas? Quer pertencer ao grupo das línguas bantus, que são as em que se expressa variedade da complexa pretalhada que o tráfico vasou nos portos de Santa-Cruz? Mas essas línguas são línguas aglutinantes, aglomerativas, como lhe queiram chamar; em todo o caso, línguas de tipo rudimentar e inferior. Passar d'uma língua de flexão para uma língua holofrastica; desprezar uma língua neolatina para dar a preferência a uma língua cafreal ou da costa do ocidente da África, seria ir de cavalo para burro. E para burro dos por isso chamados silvestres, isto é, aqueles que deixam o pasto dos lameiros, para retouçar os cardos das silvas (BRUNO, 1898, p. 109).

Ao comparar, depois, as mudanças que ocorreram na língua portuguesa e inglesa, deixa ainda mais clara a influência do darwinismo social em sua visão sobre as línguas.

> A resposta é óbvia, mas um tanto desagradável á jactância brasileira. É porque o norte-americano nunca se mesclou com as raças inferiores do país, autóctones ou importadas, como os pelles-vermelhas ou com os pretos africanos. Orgulhosamente se afastou; exterminou ou explorou essas pobres gentes; mas procedeu tanto quanto possível, como os aryas ao contato das populações dravídicas. Refugiou-se em castas, a fim de conservar puro o seu sangue superior, trazido da Europa. Não o comprometeu na mestiçagem. Por isso, a língua inglesa não sofreu nele senão os desvios naturais e próprios, limitados, consequentemente, ao ondular da própria evolução; não se derrancou pelo influxo d'uma permanente ação de idioma subalterno, desorganizadamente, a todo o instante infiltrando-se (BRUNO, 1898, p. 110).

Seguindo com seu raciocínio, afirma que a miscigenação seria o critério de mudança linguística (sem considerar que a língua já estava mudando muito antes mesmo de chegar ao Brasil)

> A meiguice da raça negra, essencial e caracterizadamente afetiva [...] essa meiguice, d'um melaçamento idiota, pegou-se ao idioma. Daí, as alterações fonéticas; o desbaste das arestas varonis nos vocábulos; a abundancia formigante dos diminutivos. Chega-se á afinação extrema de fazer diminutivos nos particípios dizendo, por exemplo: dormindinho. O menino está dormirdinho (BRUNO, 1898, p. 110).

As argumentações seguem reforçando, cada vez mais, os jogos de verdades que se alternam à base da perspectiva portuguesa sobre o Brasil, que, para ele, de todo modo

> não quer nada conosco. Mas não quisera já de havia muito. E n'outra parte, corolariamente, inquiriu de mentores idôneos. Fez bem. Seria ridícula pretensão que competíssemos com os mestres que a nova geração brasileira escolheu (BRUNO, 1898, p. 111).

Considerações finais

Em vista dos dados expostos ao longo deste texto, é possível afirmar que, no período, houve um debate relevante sobre o estatuto do português do Brasil e que os dados linguísticos aos quais recorremos nesse debate foram majoritariamente discursivos, considerado o papel central atribuído ao discurso na formação de sujeitos e na biopolítica dos povos. Podemos afirmar também que, ao tratar desse tema, estudiosos da época, construíram um cenário rico em informações relativas ao verdadeiro da época, permitindo-nos ter uma referência mais clara sobre as relações que eles estabeleciam entre as etnias e a linguagem.

Diante disso, é possível sustentar que havia um clima de opinião favorável a teses nacionalistas no País, enquanto na ex-metrópole havia uma proposta mais direcionada a uma manutenção da hegemonia por meio de vários dispositivos, sendo um entre eles com certeza a língua. No entanto, o que foi constatado é que as ideias de autonomia do português do Brasil

defendidas no período não vingaram, e tais trabalhos desfrutaram de pouca repercussão, talvez em função das discursividades contrastantes produzidas em Portugal.

Referências

ANDERSON, Benedict R. O'g. **Imagined communities***:* reflections on the origin and spread of nationalism. London: Verso, 1983.

BERSTEIN, Serge. La culture politique. *In*: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean François. **Pour une histoire culturelle**. Paris: Seuil, 1997. p. 371-386.

BRUNO, Sampaio [José Pereira de Sampaio]. **Brasil mental**. Porto: Livraria Chardron/Lello & Irmão, 1898.

BRUNO, Sampaio [José Pereira de Sampaio]. **A Ideia de Deus**. Porto: Livraria Chardron/Lello & Irmão, 1902.

BRUNO, Sampaio [José Pereira de Sampaio]. **Os modernos publicistas portugueses**. Porto: Livraria Chardron/Lello & Irmão, 1906.
CASTRO, Zília Osório de. A independência do Brasil na imprensa periódica portuguesa (1822-1823). **Revista de História das Ideias**, Coimbra, v. 15, p. 663-679, 1993. Disponível em: https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/42010/1/A_independencia_do_Brasil_na_imprensa.pdf. Acesso em: 10 dez. 2020.

FOUCAULT, Michel. Le sujet et le pouvoir. *In*: **Dits *et* écrits II**: 1976-1988. Paris: Gallimard, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

HOBSBAWM, Eric. **A questão do nacionalismo***:* nações e nacionalismo desde 1780. Lisboa: Terramar, 1998.

NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. Do outro lado do Atlântico: a questão brasileira vista por O Campeão Português (1820-1821). **Revista de SBPH**, São Paulo, v. 5, n. 1, 1990, p. 39-46.

NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das; SILVA, Maria Beatriz Marques Nizza da. **Corcundas, constitucionais e pés-de-chumbo**: a cultura política da independência, 1820-1822. 1992. 739 f. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

PRATT, Mary Louise; NASCIMENTO, André M. do; PINTO, Joana Plaza. Utopias linguísticas. **Trab. linguist. apl.**, Campinas, v. 52, n. 2, p. 437-459, jul./dez. 2013.